

**Data:** 08/05/2024

**Matéria:** Acordo de Itaipu prejudica consumidores de energia, dizem entidades

**Veículo:** Poder 360



## Acordo de Itaipu prejudica consumidores de energia, dizem entidades

*Avaliação é que as tarifas deveriam ser reduzidas de imediato, uma vez que o custo de construção da usina já foi quitado*

O acordo entre Brasil e Paraguai –[anunciado](#) na 3ª feira (8.mai.2024) para definir as tarifas da usina de [Itaipu](#) para os próximos 3 anos– foi criticado por entidades do setor. A avaliação geral é que os termos acordados prejudicam os consumidores de energia elétrica no Brasil por não reduzir as tarifas de imediato, uma vez que o custo de construção da usina já foi totalmente quitado.

O governo [Luiz Inácio Lula da Silva](#) (PT) concordou com um reajuste menor do que pediam os paraguaios. E criou um mecanismo para, na prática, manter o custo atual ao consumidor brasileiro. Para isso, acordou contrapartidas com o país vizinho que permitiriam uma [redução](#) das tarifas a partir de 2027, mas o cumprimento dos termos é visto como incerto.

Mesmo que o valor para o consumidor brasileiro permaneça igual, para o diretor-presidente da [Anace](#) (Associação Nacional dos Consumidores de Energia), [Carlos Faria](#), o governo perde as oportunidades de realmente enfrentar o problema do custo elevado da energia no país por manter o patamar de cobrança até 2026.

*“O financiamento para a construção da usina já foi amortizado. Não faz sentido que os brasileiros continuem pagando o mesmo valor pela energia como se o financiamento continuasse em vigor”, diz Faria, que também critica a falta de transparência das negociações conduzidas nos últimos meses com o país vizinho.*

Na avaliação do [Instituto Acende Brasil](#), o meio-termo que foi encontrado entre a tarifa atual e o que pedia o Paraguai foi uma solução equivocada. *“A tarifa de Itaipu é definida pelo custo e seu componente maior era o custo do financiamento. O financiamento original foi integralmente quitado em 2023 e essa parcela do custo deixou de existir”, explica a entidade.*

Conforme a [Frente Nacional dos Consumidores de Energia](#), a tarifa deveria diminuir e ficar em aproximadamente US\$ 12/kW neste ano, conforme as regras do tratado, por causa da conclusão do pagamento do empréstimo para construção da hidrelétrica.

*“Postergar a redução devida da tarifa para 2027 não é algo que se possa considerar uma conquista para o Brasil”, diz a frente em nota, que destaca ainda que Itaipu é a hidrelétrica com custo de energia mais caro entre as usinas de grande porte em operação no Brasil.*

Segundo a entidade que reúne as associações de consumidores, a garantia de que não haverá aumento na tarifa pelos próximos 36 meses é positiva, *“mas não entrega à população aquilo que lhe é de direito”,* que seria *“reduzir a tarifa da usina a um valor justo e sanar as ineficiências operacionais, o que ajudaria Itaipu a se tornar mais competitiva, eficiente e menos custosa”.*

Além da preocupação direta com o custo da energia, superior ao de operação e manutenção da usina, o presidente da Anace, Carlos Faria, vê como grave o fato de recursos do orçamento de Itaipu continuarem sendo destinados para outras atividades que não têm nada a ver com as suas atividades de geração de energia.

Faria cita o [anúncio](#) feito na 2ª feira (6.mai) de destinação de R\$ 1,3 bilhão para melhoria na infraestrutura da cidade de Belém (PA), que sediará COP30. *“Parece até irônico os 2 anúncios terem acontecido na mesma semana”,* diz Faria, acrescentando que a realização de um evento da importância da COP deve demandar apoio público, mas que isso *“não cabe aos consumidores de energia”.*

As entidades admitem que há avanços na negociação. Um deles é o fim da obrigatoriedade do Brasil de comprar o excedente de energia produzida pelo Paraguai, que a Frente Nacional dos Consumidores classifica como positivo para os brasileiros.

Pelo acordo, depois de 2026 a energia excedente do lado paraguaio de Itaipu terá de ser comercializada no mercado brasileiro competindo com os geradores nacionais, tanto no mercado regulado (distribuidoras) como no livre, estimulando a concorrência e redução de preço.

Segundo [Rodrigo Ferreira](#), presidente-executivo da [Abraceel](#) (Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia), esse é um acerto que vai beneficiar tanto os consumidores das distribuidoras com a redução nas tarifas como os do mercado livre, que terão mais uma opção de fonte.

*“Isso possibilita oferecer à sociedade brasileira energia renovável e competitiva, além de reduzir a contratação legada das distribuidoras, aumentando ainda mais a janela de oportunidade que está se abrindo para a abertura integral do mercado elétrico no Brasil sem sobrecontratação de energia no mercado cativo”, diz Ferreira.*

### **ENTENDA O ACORDO**

O presidente do Paraguai, Santiago Peña, defendia um aumento da tarifa dos atuais US\$ 16,71/kW para pouco mais de US\$ 22,70. Depois, propôs US\$ 20,75. O Brasil topou fixá-la em US\$ 19,28 até 2026.

No mercado brasileiro, o reajuste será compensado pela própria Itaipu, numa espécie de *cashback*. O valor extra que será recebido pela parte da margem brasileira será revertido para modicidade tarifária e abaterá o valor extra.

#### **Como vai funcionar:**

- A ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional), estatal responsável pelo lado brasileiro, pagará à Itaipu a nova tarifa de US\$ 19,28 pela energia;
- A parte brasileira da hidrelétrica abrirá mão do excedente e devolverá a diferença de US\$ 2,57;
- Na prática, as distribuidoras seguirão comprando a energia da usina por US\$ 16,71/kW.

A Itaipu Binacional vai aportar US\$ 300 milhões por ano, que receberá de excedente para compensar o reajuste. Isso totalizará US\$ 900 milhões ao final do período de vigência do valor. Com a subvenção usando o caixa de Itaipu, a tarifa final permanecerá a mesma para as distribuidoras e para o consumidor regulado.

Esse dinheiro iria para o caixa brasileiro da usina e seria usado para fazer investimentos, como obras e projetos socioambientais. Como já sobram recursos no orçamento da hidrelétrica, a subvenção não impactará as contas da geradora.

O arranjo foi costurado pessoalmente pelo ministro de Minas e Energia, [Alexandre Silveira](#), para atender parcialmente o pleito de Peña e, ao mesmo tempo, não provocar um aumento nas tarifas de energia elétrica no Brasil. Para isso, o governo brasileiro exigiu contrapartidas do Paraguai, que foram aceitas.

### São elas:

- Antecipar a negociação do Anexo C, revendo as bases financeiros do contrato, e concluir as negociações ainda até dezembro de 2024 para apresentar ao Congresso dos 2 países;
- Fixar que depois de 2026 a energia excedente do lado paraguaio de Itaipu será comercializada no mercado brasileiro competindo com os geradores nacionais, estimulando a concorrência e redução de preço;
- Limitar a subcontratação de energia da usina pelo Paraguai e acabar com a prática depois 2026, evitando que o país pague menos pelo que comprar posteriormente.

Na prática, o Brasil deixa pré-acordado com o Paraguai que, na revisão do anexo C, haverá uma redução futura nas tarifas, ainda que de forma gradual, considerando o fim do pagamento pela dívida de construção e amortização de investimentos.

Com os termos que já ficaram estabelecidos no acordo, o Ministério de Minas e Energia estima que a tarifa da usina fique entre US\$ 10 e US\$ 12 a partir de 2026 e reduza de forma estrutural nos anos seguintes.